

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

07.2025



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO
EDUCAÇÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

04

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

06

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

09

NOTÍCIAS DO MPF

10

NOTÍCIAS DIVERSAS

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Caroline de Assis e Silva Holmes Lins – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT

MPMT capacita 120 profissionais da Educação em Rondonópolis

Cerca de 120 profissionais da educação que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas unidades da rede municipal de Rondonópolis (a 212 km de Cuiabá) participaram de uma formação promovida pelo Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), no âmbito do projeto estratégico institucional “Abraçando as Diferenças – Escola para Todos”. A formação foi conduzida pela promotora de Justiça Patrícia Eleutério Campos Dower, titular da 4ª Promotoria de Justiça Cível de Rondonópolis e coordenadora adjunta do Centro de Apoio Operacional (CAO) de Educação.



EJA está disponível em apenas 44% dos municípios de MT

Dos 142 municípios de Mato Grosso, apenas 63 contam com oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que representa 44% do total. A situação é ainda mais crítica no 1º segmento da EJA, correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), disponível em apenas 12 municípios. Entre os municípios com maiores índices de analfabetismo e demanda reprimida pela EJA estão Porto Estrela e Nova Brasilândia.



Liminar proíbe faculdade de matricular alunos sem autorização

A 1ª Promotoria de Justiça Cível de Rondonópolis (a 212 km de Cuiabá) obteve decisão liminar favorável que proíbe a Faculdade Anhanguera do município de efetuar matrículas sem autorização formal dos alunos. A Justiça também determinou que a instituição interrompa a cobrança de taxas para exclusão de estudantes do sistema acadêmico e suspenda a emissão e cobrança de boletos referentes a cursos não contratados.





Município se compromete a regularizar atendimentos a crianças com TEA

A 1ª Promotoria de Justiça Cível de Guarantã do Norte (a 715 km de Cuiabá) firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município para regularizar a oferta de atendimentos especializados a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No acordo, o poder público

se comprometeu a, no prazo de 120 dias, contratar fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos infantis, neuropediatras, fisioterapeutas e profissionais de apoio escolar, com o objetivo de assegurar o atendimento efetivo à demanda reprimida por serviços multiprofissionais.

Indígenas da Aldeia Pé de Mutum recebem pela 1ª vez promotor de Justiça

Indígenas da Aldeia Pé de Mutum, localizada à 185 quilômetros de Juara (655 km de Cuiabá), receberam promotor de Justiça Alysson Antônio de Siqueira Godoy. Essa foi a primeira vez que um membro do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) esteve na localidade. O promotor explica que a agenda teve como finalidade dialogar sobre políticas públicas voltadas à educação, saúde e infraestrutura da região



Projeto percorre 1.350 km para falar sobre abuso sexual e bullying

Comprometido com o propósito de se aproximar cada vez mais da sociedade, o Ministério Público de Mato Grosso, por meio do Projeto Prevenção Começa na Escola, que promove intervenções culturais e a apresentação da peça teatral “Inocentes Pétalas

Roubadas”, tem percorrido o estado para falar sobre combate ao abuso sexual infantil, bullying e proteção ao patrimônio público escolar. Dessa vez, o projeto chegou a Santa Terezinha, localizada a 1.350 km de Cuiabá, onde 470 alunos da Escola Estadual Santa Terezinha, Escola Estadual Dagmar Bastos e da Creche Municipal Santa Terezinha assistiram à peça..

NOTÍCIAS DOS MP_s ESTADUAIS

[MPRJ obtém declaração de inconstitucionalidade de norma estadual que tratava do ensino domiciliar](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Atribuição Originária – Assessoria Cível e Institucional, obteve decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) que declarou a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei Estadual nº 9.296/2021. O dispositivo excluía a prática do ensino domiciliar do rol de violações de direitos de crianças e adolescentes.



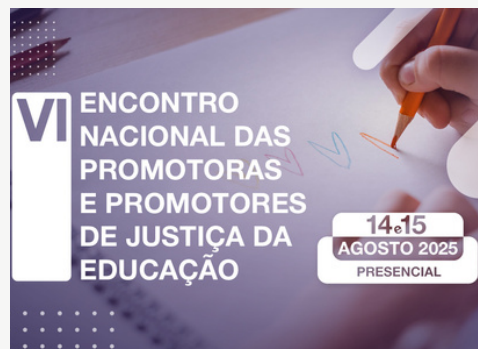
[Em Ipuã, trabalho da Promotoria de Justiça leva ao fim da evasão escolar na rede municipal](#)

Após Procedimento Administrativo de Acompanhamento instaurado em 2023 pela Promotoria de Justiça de Ipuã, o Poder Executivo local adotou medidas para sanar a evasão escolar no município. Segundo relatório publicado no dia 10/6, apenas um caso foi registrado em 2024 e nenhum em 2025.

MP SP
Ministério Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO

[Abertas inscrições para o VI Encontro Nacional das Promotoras e Promotores de Justiça da Educação](#)

Estão abertas as inscrições para o “VI Encontro Nacional de Promotoras e Promotores de Justiça da Educação” que será realizado nos dias 14 e 15 de agosto de 2025, no Auditório do Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Goiás Dra. Nilma Maria Naves Dias do Carmo, em Goiânia. [Confira aqui](#) detalhes dessa programação. Membras(os) do MPGO e das unidades e ramos do MP brasileiro (público-alvo do encontro) devem fazer inscrições [clicando aqui](#). A Esump informa que haverá certificação de 12 horas-aula para os participantes.



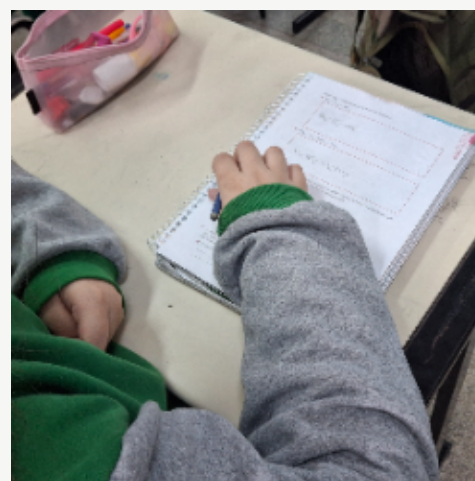


Escola firma acordo com MPDFT para prevenção ao bullying

A Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc) e o Grupo de Apoio à Segurança Escolar (Gase) celebraram, em 26 de junho, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a escola Maria Montessori. O objetivo é aprimorar as ações de prevenção e combate ao bullying no ambiente escolar.

Campo Alegre fortalece educação básica com equipe multiprofissional após recomendação do MPSC

"A presença de uma psicóloga e de uma assistente social atuando na educação tem transformado nossa rede. Passamos a notar que houve fortalecimento de vínculos, inclusão e um suporte essencial para alunos, famílias e professores enfrentarem juntos os desafios do dia a dia. Notamos também reflexos na diminuição da evasão escolar em nosso município".



Com atuação do MPSC, Santa Catarina lidera avanço nacional na gestão democrática da educação



Santa Catarina acaba de alcançar um marco expressivo na educação pública: foi o estado que mais evoluiu na implementação da gestão democrática nas escolas da rede municipal, conforme dados do painel de monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), lançados em 25/6 pelo INEP. O avanço, de 2% em 2022

para 25% em 2024, representa mais que o dobro do crescimento do segundo colocado no ranking nacional, e é resultado de uma série de ações iniciadas em 2021 pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), segundo o Membro Auxiliar do CNMP, Promotor de Justiça João Luiz de Carvalho Botega, à época Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (CIAJE).



MPPR Responde questões relacionadas à inclusão de alunos com deficiência em sala de aula

Nesta edição, o MPPR Responde traz questões relacionadas à inclusão de alunos com deficiência em sala de aula. Quem atende as dúvidas é o promotor de Justiça Rafael Vittorazze Azola. Na última semana, ele expediu uma recomendação ao Município de Ivaté voltada a garantir assistência especializada a um estudante:

- [Na rede particular, a escola pode cobrar por assistência especializada a crianças com deficiência?](#)
- [Meu filho é autista e está no ensino fundamental. A escola em que ele estuda diz que não é possível fornecer assistência especializada. Posso noticiar isso ao Ministério Público?](#)



Em Nova Olinda do Norte, MP fiscaliza o financiamento da educação pública

Com o objetivo de assegurar uma educação de qualidade à população, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por meio da Promotoria de Justiça de Nova Olinda do Norte, instaurou procedimento administrativo para acompanhar e fiscalizar, de forma contínua, o financiamento da educação pública, sobretudo em relação aos índices mínimos previstos na Constituição Federal, nas leis infraconstitucionais e nos instrumentos de planejamento educacional. A promotora de Justiça que assina a medida, Tainá dos Santos Madela, destaca que o procedimento busca assegurar que os recursos públicos destinados à educação em Nova Olinda do Norte sejam aplicados com transparência, responsabilidade e foco no interesse coletivo. “Mais do que fiscalizar números, o que está em jogo é a efetivação do direito fundamental à educação de qualidade, capaz de transformar realidades, reduzir desigualdades e construir um futuro mais justo”, declarou a promotora.

NOTÍCIAS DO MPF

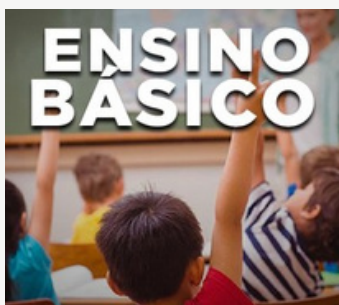


[MPF e MPT recomendam que Prefeitura de Santarém \(PA\) reconheça educadores indígenas como professores](#)

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) expediram uma recomendação conjunta para que a Prefeitura Municipal de Santarém (PA) e a Secretaria de Educação do Município de Santarém (Semed) interrompam o que os órgãos consideram uma prática de discriminação étnica e trabalhista contra professores indígenas. [Recomendação Conjunta nº 1/2025](#).

[Irregularidades na merenda escolar: Justiça condena ex-diretoras por má gestão de recursos federais em Valença \(BA\)](#)

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal condenou três ex-diretoras de escolas estaduais por irregularidades no uso de R\$ 35,3 mil em recursos federais, entre os anos de 1998 a 1999, no município de Valença, Bahia. Na sentença, ficou comprovado que as acusadas desviaram verbas federais da merenda escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), repassadas pelo Fundo de Assistência Educacional (FAED).



[Em ação do MPF, Justiça Federal condena município de São Gonçalo \(RJ\) a garantir merenda escolar de qualidade](#)

O Ministério Público Federal (MPF) obteve a condenação do município de São Gonçalo (RJ) a adotar medidas que garantam a qualidade da merenda escolar nas unidades de ensino do município. A decisão, proferida pela Justiça Federal em ação civil pública, visa assegurar o cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o direito fundamental dos alunos à alimentação adequada. A ação foi motivada por denúncias de irregularidades na alimentação escolar em São Gonçalo desde 2013.

NOTÍCIAS DIVERSAS



Presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação apresenta balanço das fiscalizações realizadas em escolas públicas pelo projeto Sede de Aprender

Em 10 de junho, durante a 9ª Sessão Ordinária de 2025 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação (Cije), conselheiro Fernando Comin, apresentou um balanço parcial das visitas realizadas, de 2 a 6 de junho, às escolas públicas pelo projeto Sede de Aprender. Segundo dados aportados no CNMP até 8 de junho, foram visitadas 2070 escolas em todo o Brasil, impactando mais de 412 mil alunos, sendo mais de 23 mil com alguma necessidade educacional especial.

Justiça concede a aluno direito de frequentar escola com roupas e cabelo conforme crença religiosa

Uma sentença proferida pelo Poder Judiciário de Santa Inês, por meio da 1ª Vara, concedeu a um aluno o direito de frequentar a Escola Militar, sem precisar cortar o cabelo ou mudar sua vestimenta, que segue os preceitos da Igreja Adventista do Sétimo Dia. No caso, a juíza Ivna Cristina de Melo Freire confirmou uma liminar concedida anteriormente. O caso trata-se de ação movida pela mãe de um aluno, tendo como partes demandadas o secretário municipal de educação e o diretor da escola. A autora alegava que seu filho se submeteu a processo seletivo para ingresso de novos alunos no Colégio Militar Tiradentes XXV e foi aprovado.



TJMT promove oficinas com diretores escolares para prevenir violência contra a mulher

A tarde do dia 30 de maio foi reservada para as atividades práticas da capacitação “O Papel da Educação no Enfrentamento da Violência Contra a Mulher”, promovida pela Cemulher-MT do TJMT. A formação reuniu 130 diretores e coordenadores pedagógicos das redes estadual e municipal de ensino da Comarca de Cuiabá, com o objetivo de preparar os profissionais para atuarem como multiplicadores da temática nas escolas.

STF forma maioria para manter alunos de colégios militares no sistema de cotas

O Plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria para validar a regra que autoriza estudantes egressos de colégios militares a concorrer no sistema de cotas de universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio. Em julgamento virtual que se encerrará em 13/6, a corte já tem oito votos para negar um pedido da Procuradoria-Geral da República que buscava excluir os alunos oriundos das escolas militares da reserva de vagas no ensino superior. Clique [aqui](#) para ler o voto de Gilmar Mendes



Professor receberá diferenças salariais decorrentes de redução da carga horária após doutorado

Um professor de ensino superior de Curitiba, que teve a carga horária reduzida ao retornar ao trabalho após um período de licença para o doutorado, receberá as diferenças salariais e seus reflexos sobre as demais verbas trabalhistas referentes ao período em que perdurou a redução. O pedido de pagamento das diferenças salariais foi negado pelo Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Curitiba, que entendeu que as alterações nas disciplinas semestrais e a contratação de professores substitutos justificariam a redução da carga horária. A 1ª Turma de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR) reformou a decisão e reconheceu o direito à diferença salarial. O caso teve recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), onde aguarda julgamento.

MEC promove curso para gestores da educação em tempo integral

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), promoveu, no dia 3 de julho, na Universidade Fronteira do Sul (UFSF), em Chapecó (PR), a aula inaugural do Curso de Aperfeiçoamento para Gestores Escolares na Perspectiva da Educação em Tempo Integral: Adolescências em Diálogo. O evento foi transmitido ao vivo e está disponível no [canal do MEC no YouTube](#).





CAO EDUCAÇÃO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br